

TRABALHADORES LUTAM E CONQUISTAM 12%

Depois de muita luta, paralisações e pressão junto aos Poderes, trabalhadores conseguem manter índice de 12%



PCS: PROPOSTA NA MESA

Sindjus/RS já está participando da mesa paritária de negociação do PCS.

CORRUPÇÃO: ESTAMOS CANSADOS!

Reação cada vez maior contra a corrupção tem incentivado mobilizações contra a prática.

PERDAS DA CATEGORIA

57,28%

1º DE SETEMBRO DE 2011

Valeu a luta

No dia 6 de setembro, num momento histórico, com galerias lotadas, acompanhamos a aprovação da nossa reposição salarial. O projeto manteve o percentual de 12%, mesmo com a tentativa do governo Tarso de primeiro rebaixá-lo, depois retirar a retroatividade e empurrar a última parcela para abril de 2012. Nossa mobilização não permitiu. Naturalmente, este índice não representa o total das perdas, que passam dos 56%. Mas garante, em mais um ano, a reposição das perdas inflacionárias, com algum percentual de aumento real.

Dizemos isso não como um discurso conformista. Ao contrário. Destacamos isso porque estes reajustes, que nos últimos quatro anos, somaram mais de 30%, foram resultado da disposição de luta dos trabalhadores.

Por isso é importante valorizar esta conquista. Ela representa uma caminhada que vem dando resultados. Mais do que números, falamos da atitude dos trabalhadores, que não se intimidaram frente às dificuldades, ao assédio moral e às pressões. Também não se renderam a discursos derrotistas e oportunistas, que buscavam desvalorizar a ação de toda uma categoria;

desconstituir o trabalho sério e responsável feito pelo Sindicato, para satisfazer ao ego e interesses de grupos minoritários. Crescemos em mobilização, retomamos os grandes movimentos e somos fortalecidos.

Todos sabemos que não garantiríamos este percentual sem o envolvimento da categoria e da sua força. Assembleias com mais de mil pessoas; atividades lotando a Assembleia Legislativa; vários atos em frente ao TJ-RS e ao Palácio Piratini, chamando a atenção do Tribunal e mostrando ao Governador Tarso Genro que não desistiríamos de nossos direitos.

Somamos força com os trabalhadores do Ministério Público e recebemos apoio das demais categorias do funcionalismo, através do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais. O que deixa claro que a unidade fortalece, enquanto o isolamento fragiliza.

Vencemos apenas uma batalha, teremos outras. Em caráter imediato, temos a mesa de negociação paritária do PCS. Portanto, a hora é de comemorar, mas também de manter a unidade e a mobilização para garantir nossos direitos.

RÁPIDAS

RACISMO

A rede de farmácias Extrafarma foi condenada, pela Justiça, a pagar R\$ 30 mil de indenização por discriminação racial. Segundo a vítima, que trabalhava em uma loja da rede em Macapá, a escala de plantões era feita de acordo com a cor da pele. A trabalhadora afirma que a gerente a escalava para trabalhar à noite, porque ela "combinava com a escuridão". A discriminação ocorreu também em outras situações, até que a trabalhadora pediu demissão.

ALERTA

A Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional proposta de reajuste do Poder Judiciário em um adendo ao orçamento para 2012. Com isso, fica nas mãos

dos deputados a possibilidade de aumento de 14,7% para os Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em mensagem, a Presidenta lembrou que o reajuste do teto do Judiciário e do Ministério Público Federal, com ampliação dos salários dos magistrados do STF, de R\$ 26,7 mil para R\$ 30,6 mil mensais, terá impacto total de R\$ 7,7 bilhões em 2012.

ELEIÇÃO

Em Assembleia Geral, os servidores do Judiciário do Paraná escolheram a Comissão Eleitoral e aprovaram o Regimento para o processo eleitoral de 2011, que irá escolher a Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal do Sindjus-PR para o triênio 2012/2015. A eleição acontece dia 5 de dezembro.



Assembleia aprovou substitutivo

PCS: PROPOSTA NA MESA

Iniciou dia 2 de setembro a mesa de negociação paritária para discutir com os trabalhadores o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Judiciário.

Na primeira reunião, foram definidas as diretrizes e a sistemática de trabalho, que inclui reuniões semanais do grupo. O representante do TJRS na mesa destacou que somente serão aceitas propostas das entidades.

Para o Sindjus/RS, é fundamental que não haja redução de direitos. A partir dos debates com os trabalhadores, realizados nos seminários regionais, ficou claro que é preciso critérios objetivos em relação às promoções e designações dos cargos. Além disso, itens como dimensionamento de pessoal devem constar na proposta, e as promoções devem levar em conta antiguidade, experiência e capacitação para

passar de uma classe para outra. Quanto aos salários, devem ser pensados de forma a ser um piso atrativo para categoria, e o teto, uma remuneração que garanta o estímulo dos servidores para se manterem na carreira.

Promover o Crescimento

Desde o início do processo, o Sindicato vem reiterando que os trabalhadores não a-

ceitarão um PCS que reduza salários, retire direitos ou promova desigualdades. O Plano deve vir para promover o crescimento da categoria como um todo.

Para o Sindjus/RS, a mesa paritária representa um avanço do ponto de vista da participação dos trabalhadores. Mas é fundamental que as propostas sejam efetivamente discutidas e que se chegue a bom termo em relação às demandas dos trabalhadores.

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS
Rua Quatro Jacós, 26, Porto Alegre/RS - CEP 90150-010
Fone (51) 3224.3730 • www.sindjusrs.com.br - sindjus@sindjus.com.br

Diretoria Executiva: Valter Assis Macedo, Osvaldir Rodrigues da Silva, Iara Besestil, Gilson da Cunha Braga, Valquir Lauermann Spielmann, Luiz Osmar Mendes, Luiz Carlos Passos Filho, Catarina Fátima Amaral Bolzan, Sílvia Regina Pereira Ramos, Carlos Leonel Camargo de Lima, Edson Vargas do Nascimento

Arte e diagramação: Interlig Propaganda
Fotos: Maria Rosa Junges, Luiz Carlos Passos Filho e Arquivo Sindjus/RS

Jornalista Responsável: Nara Roxo (MTb 4436)
Tiragem: 4.800 exemplares
Impressão: VT Propaganda

TRABALHADORES LUTAM E CONQUISTAM 12%

Depois de muita luta, paralisações e pressão junto aos Poderes, trabalhadores conseguem manter índice de 12%

Fotos: Maria Rosa Junges



Trabalhadores acompanham a votação do PL

Novembro de 2010. Em assembleia geral, os trabalhadores do Judiciário decidem se posicionar contra a automaticidade do reajuste dos subsídios dos magistrados e dar início à campanha salarial. Era o início de uma intensa luta que,

mesmo com a interferência do Executivo, terminou em setembro. Depois de quatro assembleias, diversas reuniões com o TJRS, paralisações, vigílias, caminhadas, atos de protesto e uma forte reação dos trabalhadores, a ALRS apro-

vou a reposição dos servidores.

Dois Patrões

Depois de superar a etapa de negociação com o Judiciário, os trabalhadores tiveram que enfrentar uma

nova batalha, desta vez com o Executivo. O Governador Tarso Genro, de forma inédita, e afrontando a autonomia dos Poderes, decidiu interferir na reposição da categoria. Para isso, usou sua base aliada na Assembleia Legislativa.

Através da Deputada Miriam Marroni, líder do Governo do Legislativo, seguiu por mais de dois

animosidade, com e-mails e discursos oportunistas, tentavam criar confusão entre a categoria. Fazendo



Audiência com o chefe da Casa Civil Carlos Pestana (centro)

meses a votação do PL 182/2011, que tratava da reposição de 12%, parcelados em três vezes para os servidores do Judiciário.

Depois de cogitar reduzir o índice e alterar as parcelas, levando a de julho para abril de 2012, cedeu e liberou o projeto para votação. Graças à forte reação dos trabalhadores, numa luta conjunta com os servidores do Ministério Público. A proposta final manteve o índice de 12% e a parcela de julho. A parcela de outubro ficou em 1,59%, e a de 5% passou para fevereiro de 2012.

Oportunistas de plantão

Além de enfrentar o descaço do Tribunal, a má vontade do Governo e a falta de coragem dos deputados, os trabalhadores conviveram com outro inimigo: o oportunismo de plantão. Pessoas com o único propósito de dividir e criar um clima de

total. Mas esse tempo, felizmente, passou.

Reação contra o Executivo

Concluímos um trabalho de cerca de seis meses de muita luta, organização e esforço de cada trabalhador do Judiciário. Foram milhares de quilômetros viajados, várias assembleias, reuniões, atos públicos, visitas ao Legislativo, audiências com TJ, Governo e Parlamentares. Muito investimento financeiro do sindicato em campanhas publicitárias, inclusive em rádios da capital e interior. Cada um de nós fez a sua parte. Com nosso esforço, fomos vencendo cada etapa

mais essa vitória. Como fizemos em outros tempos quando conquistamos 27% e 28% de reposição. Foi sempre assim na nossa vida de trabalhador do Judiciário. Nunca nos deram nada. Nós sempre lutamos para conquistar os nossos direitos. E desta vez não foi diferente. Graças a nossa mobilização, estamos conquistando o maior índice entre as categorias de trabalhadores ao longo deste ano. O restante vamos buscar no PCS, pois a luta continua.

Homenagens

Durante toda a jornada de luta, os trabalhadores renderam homenagens aos colegas que faleceram duran-



Manifestação na reunião de líderes

em que ficamos mais de dois anos sem sermos recebidos pelo Tribunal. Na ocasião, perdemos 6% de reposição, a categoria amargou quatro anos sem qualquer reajuste, e a entidade caiu num isolamento

da campanha salarial. Falta apenas uma delas para que pudéssemos conquistar o reajuste salarial de 12%. Na terça, 06, foi o dia "D". Estávamos lá, em grande número na Assembleia Legislativa. Consolidamos

te a caminhada. Foram trabalhadores que tiveram seu adoecimento criado ou agravado por estresse, pressão e sobrecarga de trabalho impostos aos servidores do Judiciário.

Nap promove segundo Encontro dos aposentados

O Núcleo dos Aposentados do Judiciário do RS (NAP) promove, dias 30/9 e 1º/10, o 2º Encontro dos Aposentados do Judiciário Estadual – Rio Grande do Sul. O evento será no City Hotel (José Montauray, 20, Centro), em Porto Alegre. O credenciamento será no dia 30, a partir das 10h.

O primeiro painel, dia 30, às 13h30, abordará “Questões jurídicas atuais da aposentadoria”. O tema estará a cargo dos advogados Dr. Jeverton Lima e Dr. Bruno Freitas, ambos da assessoria jurídica do Sindjus/RS. Às 16h, no segundo painel, será tratado o tema “O sentido do envelhecer

na atualidade”. O tema será debatido a partir da apresentação do filme “Elsa e Fred – um amor de paixão”, seguido de debate com a psicóloga Dra. Daniela Muller. À noite, a partir das 20h, haverá atividade cultural. No segundo dia, que inicia às 9h, será apresentado o terceiro painel, com o tema “Saúde integral”. A palestrante será a médica do trabalho do Sindjus/RS, homeopata, sanitária e especialista em medicina da família, Dra. Jane Maria Reos Wolff. O painel será seguido de oficina de Chi Kung (exercícios que têm a finalidade de estimular e promover uma melhor circulação de



energia Chi - energia vital - no corpo). O encontro encerra às 13h.

Todos os aposentados estão convidados a participar.

Ações judiciais podem reaver perdas dos trabalhadores

O Sindjus/RS informa que está entrando com ações individuais com o objetivo de buscar os valores que o TJRS vem deixando de incluir no cálculo do 13º salário, conforme prevê a lei (Lei 10.098/04). Podem entrar com ações os servidores que perceberam as diferenças de substituição e das sessões noturnas do JECível.

Já quanto à restituição de IR, a ação busca os valo-

res descontados indevidamente das diferenças da URV. Mesmo sendo feito o ajuste em relação à declaração do IR de 2010, há diferenças a serem ressarcidas pela União.

Os servidores interessados devem entrar em contato com a assessoria jurídica do sindicato. Os plantões são às terças e quintas-feiras das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, no Sindicato.

Saúde do trabalhador: Sindjus/RS quer avançar na pesquisa

O Sindjus/RS disponibilizou no *site* da entidade, um questionário com o objetivo de levantar algumas informações sobre a saúde dos trabalhadores. O interesse era conhecer a situação em relação ao uso de medicação relacionada a estresse no trabalho.

A participação foi significativa. Assim, depois de tomar conhecimento dos resultados, o Sindicato decidiu aprofundar o questionamento sobre saúde usando um instrumento validado internacionalmente nas pesquisas de adoecimento mental no mundo inteiro.

Para isso está disponibilizando no *site* o formulário SRQ 20 para toda a categoria responder. São respostas simples, apenas sim ou não.

O resultado será um importante indicativo para buscarmos soluções e encaminhamentos de questões relacionadas à saúde e à qualidade de vida dos trabalhadores.

Ambas as pesquisas vem sendo acompanhadas e avaliadas pela médica do trabalho do Sindjus/RS. É importante que todos os trabalhadores participem.

PASSO FUNDO



Audiência Pública em Passo Fundo - 08.09.2011

Foi realizada, dia 8 de agosto, audiência pública da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa no Fórum de Passo Fundo, para debater a situação da comarca. Durante o encontro foi revelada a caótica situação a que estão submetidos os trabalhadores. Com algo em torno de 80 mil proces-

os e 130 servidores, é impossível dar andamento à demanda atual, onde são quase 700 processos para cada servidor. Esta situação está levando os trabalhadores ao adoecimento, estresse e dezenas de pedidos de aposentadorias precoces. O Sindjus/RS esteve presente, debatendo a situação.

PELOTAS

Cada vez mais as redes sociais podem aproximar os cidadãos da Justiça. Em Pelotas, o 2º Juizado da 1ª Vara Cível lançou um blog. No mesmo podem ser en-

contradas informações sobre processos, notícias do Judiciário local. É possível opinar sobre artigos, esclarecer dúvidas, entre outros assuntos no nosso blog:

jvcpel.blogspot.com

PONTO DE VISTA

Estremecimento nas relações institucionais

Depois de ler as manifestações da AJURIS, a qual se insurge contra a decisão do Sindjus de tornar público o Auxílio Moradia (PAE) concedido retroativamente para alguns magistrados, enquanto SERVIDOR PÚBLICO, sinto-me obrigado a manifestar-me quanto ao fato.

Não vejo na ação – exclusivamente política – do Sindjus o sentido difamatório à magistratura que se quer atribuir capaz de justificar o rompimento de relações institucionais entre as entidades. O fato é verdadeiro, e o valor do benefício foi demonstrado. Assim, conclui-se que a insurgência da associação é quanto à publicidade dada ao privilégio.

Se ético fosse, não teria gerado ira entre alguns magistrados, como gerou; se moral fosse, não necessitaria o codinome PAE, o qual se presta para mascarar o privilégio; se justo fosse, comparado aos baixos salários recebidos pela maioria dos servidores, os quais não têm direito sequer a um auxílio refeição decente fariam abertamente do “benefício”, sem esguelhas.

Leem-se, no ofício e e-mails, expressões desmedidas que chamam de irresponsáveis e destemperados os diretores sindicais, cujo “pecado” cometido tem sido o de pleitear condições dig-

nas de salário e trabalho para a sua categoria há muito esquecida.

Se a AJURIS estivesse sensibilizada com a situação dos servidores, como apregoa, teria exigido desta Administração – a mais inócua que já se teve – atitudes para pôr fim às injustiças praticadas dentro da própria Casa.

Entretanto, o desvio de função dentro do TJ é algo que salta aos olhos, os tratamentos diferenciados entre servidores relativamente à jornada de trabalho são notórios; os frequentes assédios, em ambos os graus de jurisdição, parecem consolidados e isentos de averiguação; o abuso na contratação de estagiários; a falta de servidores; a sobrecarga de trabalho; as aposentadorias por invalidez e a morte de diversos colegas, só no ano de 2011, passam longe dos olhares da agora preocupada Ajuris.

Por fim, quando a categoria, por intermédio de seu sindicato, firma posição e cobra a dignidade a que faz jus, em clara demonstração de que o copo está cheio, aparece a associação dos magistrados se dizendo ultrajada a ponto de romper relações institucionais.

Silvia Regina Pereira Ramos
Oficial Escrevente
1ª Cível/ Guaíba

Corrupção: um mal para o Brasil e os brasileiros



O dinheiro que é desviado pela corrupção arraigada nas entranhas dos poderes desde o tempo do Império é o que falta para educação, saúde e segurança. Os brasileiros estão cansados da corrupção que vai desde o motorista que suborna o guarda até os bilhões desviados dos cofres públicos.

Um cálculo feito pela Fundação Getúlio Vargas mostrou que nos últimos anos foram perdidos com a corrupção cerca de R\$ 40 bilhões ou uma média de R\$ 6 bilhões por ano. O total é cerca de 20% dos investimentos do governo federal e daria para elevar em 23% o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Mas os números podem ser maiores se forem considerados os desvios em estados e municípios. Apesar de todas as

ações do governo federal, através da Polícia Federal, que tem atuado em diversas operações e revelado esquemas que envolvem tanto o setor público como o privado, a prática se renova e permanece. De positivo é que estas ações, somadas ao crescimento da transparência no governo, começaram a mostrar onde estão e quem são os corruptos e corruptores.

Também merece destaque o crescimento da mobilização da sociedade, especialmente através das redes sociais, contra a prática. A “faxina” que vem sendo promovida pela Presidenta Dilma tem incentivado estes movimentos. Facebook, Orkut, Twitter e vários blogs, como o Brasil+ético e o Anonymus, têm sido canais de demonstração de insatisfação e de promoção

de reuniões e movimentos contra a corrupção. Há pelo menos dez diferentes grupos incentivando as pessoas a irem às ruas protestar e agendando atividades, como a chamada para o dia 7 de setembro.

São iniciativas que sinalizam que pode estar iniciando no Brasil uma mudança de cultura política, menos tolerante com a corrupção.

Para o diretor do Núcleo de Estudos da Corrupção da UnB, Ricardo Caldas (O Estado de SP), ir às ruas é o primeiro passo contra a corrupção. Ou seja, lutar contra a prática, nos setores público ou privado, pode ser uma luta árdua. Mas é uma tarefa de cada cidadão e uma atitude que efetivamente poderá transformar o Brasil num país com menos pobreza.

30.09.11 à 01.10.11
2º Encontro dos
Aposentados do
Judiciário Estadual-RS

17.10.11
Às 18h, na Câmara
Municipal de Caxias do
Sul/Comissão de
Direitos Humanos,
audiência pública para
tratar da situação do
Judiciário local.

CULTURA ←

LITERATURA

“Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”, de Ricardo Antunes, 264 páginas. Na obra, o autor, demonstra que a sociedade do trabalho abstrato possibilitou, por meio da constituição de uma massa de trabalhadores expulsos do processo produtivo, a aparência da sociedade fundada no descentramento da categoria trabalho.

Ele alerta que o entendimento das mutações em curso no mundo operário nos obriga a ir além das aparências e que o sentido dado ao trabalho pelo capital é completamente diverso do sentido atribuído pela humanidade. Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia no IFCH da Unicamp. Foi pesquisador visitante na Universidade de Sussex, Inglaterra, e recebeu os prêmios Zeferino Vaz (2003) e Cátedra Florestan Fernandes, da Clacso (2002). Em suas obras traz estudos sobre o trabalho, a sua centralidade na sociedade capitalista, sindicalismo, questões de gênero e o impacto das transformações trazidas pela globalização, entre outros.





Ato em frente ao Foro Central - MAI/2011



Ato em frente ao Palácio Piratini - AGO/2011



Corredor Polonês - Plenário da ALRS - AGO/2011



Ato na ALRS - AGO/2011



Ato em frente a ALRS - AGO/2011



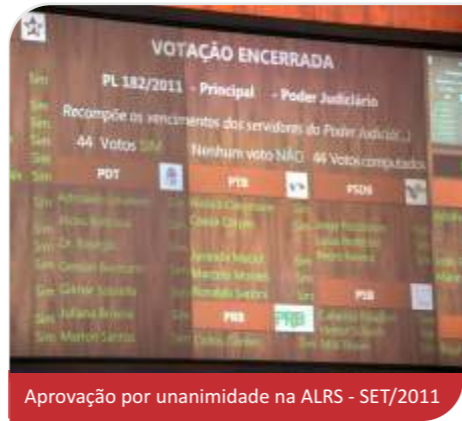
Ato em Pelotas - AGO/2011



Ato na Assembleia Legislativa - AGO/2011



Ato Palácio Piratini - AGO/2011



Aprovação por unanimidade na ALRS - SET/2011



Votação Reajuste 12% no Plenário - SET/2011



A VITÓRIA DA UNIDADE E DA MOBILIZAÇÃO

Lutamos muito para garantir os 12% de reposição. Nesta caminhada, garantimos nosso reajuste, que repõe parte de nossas perdas, mas principalmente, nos fortalecemos como categoria para enfrentar os próximos desafios. O Sindjus/RS parabeniza a todos que somaram nesta luta e desde já convoca os trabalhadores para continuarem mobilizados.



Assembléia Geral - NOV/2010



Ato em frente ao TJ - NOV/2010



Ato na esquina democrática - NOV/2010



Roteiros - Santana do Livramento



Roteiros - Camaquã



Assembleia Geral - MAI/2011



Camaquã



Soledade



Foro Regional Tristeza



Santana do Livramento



Ato TJRS - ABR/2011



Ato em Frente ao TJ - ABR 2011



Novo Hamburgo



São Borja



Pelotas



Assembleia Geral - ABR/2011



Minuto de Silêncio - ABR/2011



Ato TJRS - MAI/2011



Rio Pardo



Nova Prata



Lagoa Vermelha



Assembleia Geral - MAI/2011



Ato em frente ao Foro Central - MAI/2011



Ato em frente ao TJRS - MAI/2011



Santa Rosa



Torres



Uruguiana



Ato das luzes em frente ao TJ - MAI/2011



Abrço ao TJRS - JUN/2011



Assembleia Geral na ALRS - AGO/2011